

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LEGACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTIMAS

REQUERIMENTO Nº DE 2007
(Do Sr. Rodrigo de Castro)

Requer a convocação do **Sr. Cláudio Candiota Filho**, da Andep – Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as condições de prestação de serviço de controle de tráfego aéreo e nos aeroportos brasileiros

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocado o **Sr. Cláudio Candiota Filho**, da Andep – Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as condições de prestação de serviço de controle de tráfego aéreo e nos aeroportos brasileiros.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação ora requerida é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos que são objeto desta CPI. A presença do Sr. Cláudio Candiota Filho, certamente fornecerá subsídios elementares e indispensáveis para que a investigação parlamentar possa desenvolver-se a contento e enfrentar diretamente o seu objeto, em especial sobre condições de prestação de serviço de controle de tráfego aéreo e nos aeroportos brasileiros.

O jornal do Brasil de 20 de maio de 2007 publicou reportagem sob o título “Para passageiros, investimentos não acabarão com a crise”. Diz a notícia:

“O presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep), Claudio Candiota Filho, está pessimista com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para ele, as obras melhorarão as condições dos aeroportos do país. Não solucionarão, entretanto, os problemas do sistema brasileiro de aviação civil.

- Obviamente que tem que investir, porque senão as coisas vão ficar piores - declarou Candiota. - Mas o PAC não vai resolver tudo. Não adianta infraestrutura boa se a administração não é profissional.

Segundo Candiota, o governo erra ao apostar que pode acabar com o caos aéreo fazendo intervenções pontuais em segmentos do sistema, como a Infraero, o controle de voo e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A saída, acrescentou, seria o país voltar a ter um sistema profissionalizado, pois o atual estaria prejudicado pelo loteamento de cargos entre políticos. Candiota acusou a administração Luiz Inácio Lula da Silva de "quebrar a espinha dorsal do sistema, a hierarquia".

- Infraero e Anac deveriam ser subordinados ao comando da Aeronáutica. Hoje, a Infraero é subordinada diretamente ao ministro da Defesa. Não há gestão - criticou o representante dos passageiros. - A Anac e a Infraero flutuam no organograma do Ministério da Defesa.

Para Candiota, dificilmente as regras atuais do jogo, ditadas pelos interesses políticos, serão canceladas. Ao desmilitarizar o controle dos voo, complementou, o sistema será ainda mais "desprofissionalizado". O empresariado também não está satisfeito. Uma das principais demandas da iniciativa privada não foi incluída no PAC. O secretário geral do Conselho Consultivo do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea), José de Anchieta Hércias, disse que o governo deveria ter colocado no pacote obras essenciais à melhoria dos acessos aos dois aeroportos de São Paulo - Congonhas e Guarulhos.

O PAC teria de contemplar a construção de metrô e do trem rápido entre os aeroportos e suas respectivas conexões com as cidades da Grande São Paulo.

- Essa é uma falha do PAC - lamentou Hércias. - Não sei se o volume previsto no PAC para os aeroportos é o ideal. Mas qualquer obra é válida.

No primeiro balanço do pacote, os cronogramas de oito obras foram detalhados. A chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, informou que quatro projetos estão sendo executados de forma adequada. São tocados nos aeroportos Santos Dumont, Congonhas, Galeão e da cidade de Vitória. Outro três receberão mais atenção do Executivo, pois podem atrasar (Congonhas e Galeão, com outras obras, e Brasília). O caso mais grave é a ampliação do aeroporto de Vitória, que está com o cronograma atrasado.”

Sala da Comissão, 22 de maio de 2007.

Deputado RODRIGO DE CASTRO